

Cortes ficarão com o Congresso

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

Se o aumento das receitas federais verificado neste mês e projetado para fevereiro for suficiente para cobrir os gastos com o pagamento de funcionários até a posse da futura administração, o atual governo utilizará o dispositivo da lei orçamentária que permite empenhar dotações para esse tipo de despesas incomprimíveis, deixando o ajuste das contas para ser feito durante a revisão do orçamento fiscal, até julho.

Técnicos da Seplan informaram ontem — após o Palácio do Planalto ter divulgado a decisão presidencial de sancionar os orçamentos de 1990 sem os vetos propostos pelo ministro João Batista de Abreu — que a área econômica não permitirá o início de projetos novos na atual administração, mesmo que estejam previstos na versão orçamentária aprovada pelo Congresso, para não começar o exercício estourando as contas públicas.

O titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) da Seplan, Pedro Pullen Parente, disse que o artigo 22 da lei orçamentária permite recorrer ao empenho de dotações futuras para pagamento de pessoal, sem necessidade de pedidos de créditos especiais. Isso deverá ocorrer se a receita tributária for insuficiente para cobrir essas despesas, já que o atual governo não pode gastar mais do que um sétimo dos orçamentos.

Do total de NCz\$ 3,14 trilhões dos orçamentos fiscal, de investimento das estatais e da seguridade social, o governo Sarney não poderá gastar mais do que NCz\$ 428 bilhões até a posse do presidente eleito. Até agora, de acordo com os cálculos da SOF, já foram gastos — somente em janeiro — cerca de NCz\$ 275 bilhões, principalmente com a rolagem e o pagamento dos encargos da dívida pública.

A exposição de motivos da Seplan, que o Palácio do Planalto pretende encaminhar ao Congresso junta-

mente com a lei orçamentária a ser sancionada na íntegra ainda hoje, recomenda o veto de despesas da ordem de NCz\$ 73,83 bilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade social, além de NCz\$ 39,29 bilhões no orçamento de investimento das empresas estatais. Três artigos da versão do Legislativo foram considerados inconstitucionais por conterem “dispositivos estranhos à previsão de receita e fixação de despesas”.

Toda a “programação especial” criada pelo Congresso — no valor de NCz\$ 15,4 bilhões — deveria ser vetada “por contrariar o interesse público”. Essa programação relaciona “subprojetos e subatividades que deveriam ser contempladas com suplementações a serem concedidas a partir do 2º trimestre, tendo como fontes as disponibilidades que seriam obtidas pelos excedentes de receitas originárias da aplicação do redutor sobre o indexador do orçamento, o que denomina ‘poupança no projeto’”.

“Este procedimento artificioso representará sério comprometimento ao orçamento fiscal, pois refletirá o remanejamento de despesas incomprimíveis — como custeio da administração e programas assistenciais insusceptíveis de suspensão — em favor de um conjunto expressivo de subprojetos e subatividades criadas e/ou reforçadas pelo Congresso”, diz a exposição de motivos.

“Essa situação ensejará inexoravelmente um aumento de despesa ao longo do exercício, dado o caráter de perfeita rigidez das dotações que deixariam de ter correção plena”, segundo a Seplan.

O ministro recomendou também o veto a pelo menos cinco grupos de despesas relacionadas no orçamento de investimentos das empresas estatais, por imperfeições técnicas e por se basearem na transferência de dotações que já estavam comprometidas com projetos e obras em andamento, cuja suspensão resultará em prejuízos.